

sessões do IMAGINÁRIO

ANO XVIII | N. 29 | 2013/1

Séries policiais e
contemporaneidade

Camila Prado Furuzawa

P.76

Telejornalismo, linguagem
e a nova classe média

Flávio Porcello e Débora Sartori

P.03

Tecnologias da imagem
e da visualidade

Sarah Miglioli e Moreno Barros

P.68

Isolamento revisitado: o acesso à internet na Amazônia brasileira urbana¹

*Isolation Revisited: Internet access in
urban Brazilian Amazon*

Sandro Adalberto Colferai² 

Resumo

O artigo trata das particularidades da Amazônia brasileira, em especial o acesso às tecnologias da informação e comunicação. Discute particularmente o acesso da Amazônia urbana à internet e propõe a revisão do pretense isolamento da Amazônia, região com maioria de população urbana e onde é crescente o nível de acesso à internet, negando as ideias que levam à invisibilidade do urbano frente à centralidade do ambiente quando se trata da Amazônia.

Palavras-chave

Comunicação; Amazônia; internet; urbano/rural.

Abstract

This paper discusses the peculiarities of Brazilian Amazon, especially the access to information and communication technologies. Particularly, this work discusses the access of urban Amazon to the Internet and it proposes a review of the alleged isolation of the region, where the majority of the population is urban and the access of Internet is growing. It also denies the ideas that lead to the invisibility of the urban in opposite to the centrality of the environment when Amazon is the issue.

Keywords

Communication; Amazon; internet; urban/rural.

Introdução

A heterogeneidade do espaço amazônico não é novidade para ninguém, mas isso não impede que equívocos sejam tomados como representação adequada da Amazônia brasileira, em especial dos estados da região Norte do Brasil. Um desses equívocos diz respeito à inserção da população da Região Norte brasileira – que, no final das contas, é sinônimo de Amazônia por estar totalmente nela inserida – naquilo que Castells (2007) chama de “sociedade em rede”.

A Amazônia brasileira apresenta particularidades que vão muito além da exuberância ambiental e da população tradicional, indígena e cabocla. Estas são parte de uma equação maior, em que somente a abordagem da Amazônia urbana junto com a tradicional pode tornar possível a apreensão da complexidade e desafio que a região representa.

Olhares apressados lançados para índices sobre o acesso às tecnologias da informação e comunicação fazem crer que se trata de uma região em que apenas uma pequena parcela da população tem acesso à web. Tais julgamentos, além de apressados, devem-se à “invisibilidade urbana” (Steinbrenner, 2007) da região, frente à “centralidade ambiental” das abordagens que tentam dar conta da Amazônia brasileira. A tomada da região a partir de um estereótipo faz com que o alto nível de conexão urbana, e mesmo o índice de urbanização da região, seja deixado de lado.

Para dar conta dessa particularidade é preciso antes reconhecer a existência de duas Amazônias: uma rural, cabocla, tradicional; outra urbana, multicultural, em busca de modernidades. São diferentes na maior parte dos aspectos, na percepção do tempo e do espaço,

nas práticas cotidianas, e nas ações de intervenção no meio ambiente. A apreensão das diferenças e a aproximação entre as duas Amazônias fazem surgir disparidades significativas. Aqui, nossa atenção se volta para a Amazônia urbana e para os níveis de conexão à internet.

O que acreditamos poder fazer emergir a partir desse olhar atento é uma Amazônia conectada ao espaço em rede e a noção de que a maior parte da população tem acesso à internet, negando a desigualdade que parece ser infringida a partir da ideia de que se trata de uma região desconectada. De nossa posição, abordamos a Amazônia como um lugar diferente, que deve negar a condição de desigualdade a que seguidamente é lançada.

O complexo “natureza e sociedade” amazônico

A abordagem das particularidades que diferenciam a Amazônia pressupõe a tomada das características que lhe são próprias e, neste sentido, surge a impossibilidade de colocar de lado o ambiente amazônico, em especial a floresta e os rios que dominam a paisagem. Mesmo as áreas da Amazônia brasileira que não são caracterizadas por este ambiente são por ele influenciadas, seja nas condições físicas e climáticas, seja nas ações oficiais de governos que ou negam ou estendem a floresta como cobertura homogênea de toda a região.

Para além das características físicas, o homem amazônico é profundamente influenciado pelo espaço que ocupa, e aqui consideramos desde as milenares populações indígenas, as populações tradicionais de ribeirinhos, e os grupos que passaram a ocupar

a região a partir da segunda metade do século XX, fixando-se em áreas de colonização ou nos grandes centros urbanos da região. Se discursos ambientalistas pregam a oposição entre os diversos grupos, dando primazia para as populações indígenas e tradicionais, acreditamos que somente tomado o conjunto da população amazônica é possível entender a região e propor ações efetivas para ela.

Chega-se, assim, à percepção pela qual a Amazônia somente poderá ser interpretada se toda a complexidade representada pela *natureza* e pela *sociedade* amazônica for tomada em conjunto, não como partes de um mesmo objeto, mas como o objeto em si, que, somente em exercícios de digressão teórico, pode ser separado.

As ideias de totalidade e complexidade apresentadas nas obras de Maturana e Varela, Morin, Capra e Luhmann preconizam a integração entre o homem e o meio, entre sociedade e natureza – e estão no princípio da chamada *nova ciência*, que agora pouco tem de inédita, mas ainda encontra resistência. O conceito de *Ecologia Profunda*, de Frijot Capra (2002), aponta para a necessidade de uma abordagem que integre as dimensões biológicas, cognitivas e sociais da vida, numa relação complexa e fundamental, e pode ser tomado numa correlação direta com o conceito de autopoiese, de Maturana e Varela (1995). Para estes, os seres vivos são sistemas capazes de produzir a si mesmos e de se autoregular, o que é primordial para a adaptação ao meio em que vivem e se relacionam. Este princípio pode ser usado na interação social, em que constantes adaptações e reproduções ocorrerem com a finalidade de manter e aperfeiçoar as relações

entre os seres – e é Luhmann o responsável por colocar a autopoiese, concebida desde a biologia, no campo do social.

As relações autopoieticas têm relações necessárias apontadas por Capra. A totalidade ali implicada nos permite, como afirma Morin (2007), tomar o homem como um ser que é ao mesmo tempo natureza e cultura, biológico e social, sempre relacionando e reproduzindo suas ações a partir de todos os aspectos da vida. É desse lugar que acreditamos ser preciso pensar a comunicação na Amazônia, considerando a natureza humana como parte do mundo natural, ao mesmo tempo e sem perder de vista que é cultural e/ou social.

Ao lançar-se à abordagem da Amazônia a partir desta perspectiva, não é possível ter uma trajetória *a priori*, o que torna necessário iniciar o trajeto sem um mapa, ou método, previamente traçado, mas apropriar-se de ferramentas e instrumentos da pesquisa ao longo do caminho, de acordo com as demandas e necessidades que surgem durante o seu trabalho. Marcondes Filho (2011) afirma que mesmo o conceito de método deve ser posto de lado a fim de deixar o caminho aberto para as tomadas de decisões do pesquisador, e este livre das amarras que opções prévias possam apresentar, a fim de evitar que o objeto tenha “que se adaptar à ordem estabelecida pelo pesquisador” (Marcondes Filho, 2011, p. 8). Estando desobrigado de seguir mapas de pesquisa previamente determinados é possível fazer surgir a criatividade e, desta forma, manter-se atento às nuances que o objeto de pesquisa faz eclodir. Novos elementos podem ser agregados, ao invés de terem de ser deixados de lado por não serem variantes relevantes no método de opção.

E é necessário ter a clareza que esta opção não é o mesmo que recusar responsabilidades inerentes ao fazer científico, mas abrir-se a novas possibilidades na condução da pesquisa, sem abrir mão da clareza na exposição dos resultados e na explicitação dos procedimentos para alcançá-los. Se lançar à pesquisa sem um mapa prévio acabado de como ela se dará não é o mesmo que voltar sem saber como os dados foram obtidos.

Neste processo, o pesquisador torna-se visível e não mais é oculto sob o manto do método. Assim, torna também visível o sujeito. Isso vai além de deixar ver o lugar a partir do qual se pesquisa, pois torna possível a amorosidade nesse processo. O amor aqui é a necessidade do respeito pelo outro, num espaço de uso mútuo e paritário. Na definição de Baptista, “amorosidade e comunicação são palavras que representam processos de vida, absolutamente entrelaçados. Para entender o que eu digo, é preciso considerar que falo do amor, em sentido pleno, amplo [...]” (Baptista, 2010, s/p).

Compreendemos como fundamental a busca por caminhos que possam dar conta da totalidade da Amazônia, o que significa manter-se atento às intersecções com outros campos, e também tomar o conhecimento prévio, adquirido fora do meio acadêmico, como parte componente da pesquisa e de seus resultados. Nesta posição é possível, e desejável, considerar os sentimentos um dos caminhos para se chegar à criatividade para a compreensão do complexo “natureza e cultura” amazônico.

O urbano submerso no verde

A imagem da Amazônia, a que circula pelos meios

de comunicação e é tomada pela maior parte da população mundial, é a da imensa floresta tropical e dos caudalosos rios que cortam um tapete verde que se perde no horizonte. Mas, para além desta imagem, há 15,8 milhões de pessoas vivendo nos sete estados da região Norte do Brasil. E não se trata apenas de índios, ribeirinhos e apanhadores de castanhas. No total, 73,5% vivem em zonas urbanas, com algumas cidades superando um milhão de habitantes. Este primeiro dado é em si uma inversão da percepção corrente do que é a Amazônia.

A maior parte da população urbana da Amazônia vive em cidades médias, mas o perfil de uma cidade média na Amazônia não é aquele tomado a partir do número de habitantes, mas a capacidade que a cidade tem em ser um centro de serviço regional. Nas sete capitais estaduais, estão 30,7% da população da região e todas estas cidades apresentam índices superiores a 90% dos moradores residindo nas zonas urbanas. O restante da população, ou cerca de 6.6 milhões de pessoas, vive na maior parte em cidades de até 100 mil habitantes. A considerar uma malha urbana rarefeita distribuída por mais da metade do território brasileiro, compreende-se a necessidade de tomar aglomerados urbanos com menos de 50 mil habitantes como centros regionais e serem conceituados como cidades médias (Steinbrenner, 2007).

Tal conceito é importante para a abordagem das zonas urbanas na Amazônia em função da necessidade que um centro de serviços tem em equipar-se para oferecer condições para atender cidades menores. Entre os equipamentos necessários está a infraestrutura de comunicação, em especial a conexão via internet com outros centros regionais e nacionais.

No entanto, mesmo com tais características, sobressai-se a imagem da região como uma imensa área de população rarefeita e onde predomina a floresta e suas populações tradicionais como síntese do que é a sociedade amazônica. Esta predominância, se por um lado é louvável por colocar em discussão a necessidade de pensar e conviver com o ambiente, por outro lado faz silenciar toda e qualquer argumentação sobre os modos de vida urbanos. Tal movimento chega passar pela tomada da Amazônia como terra exótica, com o estranhamento e o encantamento vistos desde as entradas lusitanas, e é relido nas políticas desenvolvimentistas da década de 1970 até a tomada da floresta como atributo máximo, que leva à desumanização do espaço, este traduzido na noção de “vazio demográfico”.

[...] esta opacidade em relação ao urbano não atingiria tão somente o imaginário exógeno (visões de externos) mas também o imaginário endógeno de amazônicas urbanitas, dominado por noções de sentido a partir de idéias simplificadoras e generalizantes, potencializadas pelo poder homogeneizante da mídia globalizada, que apóia permanentemente suas narrativas sobre a Amazônia numa centralidade ambiental de caráter monumental e exótico. (Steinbrenner, 2007, online)

Ainda para Steinbrenner, tais fatores fazem com que a população da Amazônia – mesmo sua parcela urbana, que representa a maior parte dos habitantes da região – se invisibilize ao olhar para si mesma. Diante dos discursos históricos, tal como apropriados, e dos

discursos dos meios de comunicação, ambos colocando o ambiente como a principalmente característica da Amazônia, até a população urbana corrobora a ideia de sua quase ausência no cenário verde que lhe é apresentado como a síntese adequada do lugar onde vivem.

Temos assim um discurso organizado em torno da invisibilidade das áreas urbanas e das populações que nelas vivem, de maneira a torná-las uma antítese do ambiente amazônico, este, legitimado nos mais diversos discursos – mesmo aqueles organizados nas cidades amazônicas. O que frisamos aqui não é a necessidade de reconhecimento destas populações para que sejam elas uma oposição ao ambiente amazônico e às populações milenares e tradicionais. Deve-se, sim, atentar para o fato de que somente considerando as sociedades amazônicas em seu conjunto e em suas particularidades será possível avançar rumo à sua compreensão.

A Amazônia que emerge

Assim, consideramos tratar-se de visão parcial tomar a região Norte a partir de sua a proporção média de domicílios com acesso à internet, sendo fundamental diferenciar as áreas rurais e pequenas cidades dos grandes centros urbanos. Este movimento é capaz de revelar disparidades significativas e provocar questões relevantes para o tema. A abordagem crítica dos dados referentes à distribuição populacional da Amazônia brasileira, em especial da região Norte, e aqueles referentes ao acesso às tecnologias da comunicação e informação, acreditamos ser capaz de apontar para as diferenças existentes entre uma Amazônia urbana,

com considerável nível de acesso a essas tecnologias, e outra rural, privada desse mesmo nível acesso.

Os números apresentados no Censo 2010 (IBGE, 2010) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (Pesquisa, 2011) corroboram a ideia acerca das profundas diferenças existentes entre as Amazônias urbana e rural. A média de domicílios com acesso à internet na região Norte é de 15,4%, o que a deixa distante da média nacional, que alcança 30,7%. Tomar este dado de maneira isolada é olhar para o tema de maneira parcial. O crescimento apresentado na região Norte para o acesso à internet, entre 2005 e 2009, mostra um aumento do número de domicílios com acesso à internet superior a 25%. Este é o maior índice entre as grandes regiões brasileiras. Entre 2009 e 2010, o índice de crescimento do número de domicílios com acesso à internet no Norte do Brasil se manteve, batendo 16,5%, novamente o maior entre as grandes regiões. No mesmo período, o crescimento médio no país foi de 12,1% (IBGE, 2010).

Ainda mais significativo é este número quando é colocado frente a outros dados sobre a região. A alfabetização é competência fundamental para o uso da internet, e o Norte apresenta o segundo pior desempenho no país, com 23,1% de analfabetos em sua população, e ainda tem a pior taxa de escolarização, com 39,1% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentando escolas. Outro dado relevante é a qualidade da conexão, a menor do país, com apenas 8% dos computadores contando com acesso à internet através de banda larga. Estes dados no conjunto apresentam um cenário que, à primeira vista, é desfavorável para a expansão do acesso, mas o que se verifica é o contrário, com as

maiores taxas de crescimento ocorrendo na Amazônia.

Neste ponto, é essencial fazer a diferenciação entre as Amazônias urbana e rural. Os índices de acesso em uma e outra são extremamente diferenciados, o que reflete as particularidades de uma região que tem profundas diferenças entre suas áreas urbanas e rurais. É assim que enquanto 17% da população das cidades tem acesso à internet, nas zonas rurais não mais do que 5,7% dos moradores têm o serviço (Pesquisa, 2011). Não se trata de situação tão diferente daquela observada em outras regiões do país, mas na Amazônia, ela é potencializada pelas características físicas, como as grandes distâncias e a distribuição extremamente rarefeita das pequenas comunidades rurais e mesmo de grupos familiares isolados.

As diferenças de acesso à internet são ainda mais relevantes quando tomadas as capitais estaduais, em especial os dois principais centros regionais na Amazônia, as cidades de Belém, no Pará, e Manaus, no Amazonas. Enquanto as médias de acesso nestes estados são de 12,4% e 16,6%, na cidade de Manaus em 2011, somente o acesso à banda larga atingia 33%, e, na região metropolitana de Belém, o acesso à internet alcançava 21,8%. Estes números ganham relevância se considerarmos que a população de Manaus representa 51% dos habitantes do Amazonas, e a de Belém 27% dos moradores do Pará (IBGE, 2010), o que demonstra que a concentração de população no interior dos estados é consideravelmente menor que nas capitais, o que faz aumentar a sua distribuição e, por isso, ser rarefeita.

O impacto que a relação entre a urbanização – nas condições encontradas na Amazônia – e o acesso

à internet tem nas populações da região pode ser verificado no estado de Rondônia. Este é o estado com maior proporção de domicílios com acesso à internet entre todos aqueles que compõem não apenas a região Norte, mas também a Nordeste, perfazendo 16 estados brasileiros – ou mais da metade do total. Em Rondônia, 22,5% dos domicílios têm acesso à internet. Um dos motivos para este índice pode ser atribuído à malha urbana de Rondônia, que é a maior da região, de maneira que cobre todo o estado, sem grandes vazios, como ocorre com o Amazonas e o Pará, por exemplo.

Dado relevante para entender o nível de acesso médio alcançado em Rondônia é a distribuição da população: 73,5% dos 1,5 milhão de habitantes estão nas zonas urbanas. A capital do estado concentra apenas 27,42% da população do estado, sendo que o restante está distribuído em municípios com áreas urbanas que, em sua maioria, têm até 30 mil habitantes – apenas sete das 51 cidades do interior de Rondônia têm mais de 50 mil habitantes (IBGE, 2011). A concentração da população em zonas urbanas, ou próxima a elas, e a distribuição da malha urbana que não deixa grandes vazios no interior do estado, propicia melhor distribuição da infraestrutura de comunicação e, conseqüentemente, de acesso à internet.

Este mesmo fator é limitador para o acesso nas áreas do interior da Amazônia, deixando assim parcela considerável da população rural isolada e sem condições de acesso à infraestrutura de comunicação, ao mesmo tempo em que as zonas urbanas, em especial as capitais de estado – onde se concentra a maior parte das populações e todas apresentam índice superior a 90% dos moradores na zona urbana – têm as

condições de acesso potencializadas.

As particularidades encontradas no espaço amazônico, principalmente na sua porção urbana, somam-se ao crescente índice de acesso à internet na região, o que ocorre principalmente nas áreas urbanizadas. Cidades de até 50 mil habitantes se constituindo como centros regionais ganham relevância para as relações levadas a efeito entre as populações, o que se soma ao fluxo de informações recebido por estas mesmas populações através da internet. Assim, o que se verifica no Norte do Brasil é a junção de diferentes elementos numa equação que particulariza as leituras de mundo da maior parte de sua população a partir dos discursos sobre meio ambiente, a vivência urbana e a crescente participação no Espaço dos Fluxos.

A conexão para a diferença

O *Espaço dos Fluxos* (Castells, 2007) é o lugar onde esta sociedade interconectada em rede se articula através de pontos nodais. Estes nós são locais, físicos ou não, a partir dos quais, de um lado, há o uso das representações e, por outro, novas são acrescentadas à rede. Quando físicos, os nós são constituídos por cidades e, por se tratar de uma noção baseada tanto na proximidade física como na virtual, pode haver a articulação entre estes dois níveis. A característica marcante do espaço dos fluxos é a circulação intensa de informações entre as mais diferentes regiões do planeta.

A identificação entre os indivíduos que o compõem se dá através dos nós e pode ser maior que aquela verificada em contatos diretos. Assim se constituem

locais de convergência independente da proximidade física entre os seus membros. Alguém em Boa Vista, em Roraima, pode ter mais em comum com um europeu que se encontra em Frankfurt do que com alguém em um bairro vizinho. É esta noção que permite a interação entre grupos extremamente especializados e contribui para a sensação de pertencimento e identificação dentro do Espaço dos Fluxos.

Se por um lado a ausência de lugar é uma das características do Espaço dos Fluxos, por outro as cidades são sua referência física. A economia e a cultura global/informacional são organizadas em torno de determinadas cidades, que constituem centros de controle e comando interligados e influentes regionalmente. Esta concentração segue uma hierarquia entre as funções de mais alto nível e está localizada em importantes áreas metropolitanas, como Nova York, Londres e Tóquio, articuladas de forma a cobrir todos os fusos horários no globo e cada uma influenciando regionalmente, numa escala cada vez mais próxima de pequenos centros regionais.

Este fluxo de informações somente é possível em função da existência do suporte tecnológico oferecido pela rede de computadores que interliga boa parte do planeta. E a internet “é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores: é a rede que liga a maior parte das redes” (Castells, 2007, p. 431).

Mas, a questão que se coloca aqui não está ligada ao acesso à tecnologia como um fim em si, mas à possibilidade de se conectar uma sociedade a outros grupos sociais e, com isso, garantir a sua inserção nas redes sociais globalizadas. Canclini (2004) aponta esta discussão como fundamental ao pensar as formações

multiculturais latino-americanas. Para ele, houve uma alteração na forma de se conceber as diferenças e as desigualdades nas sociedades a partir da inserção de novas tecnologias numa equação já complexa. Estas relações se transformaram “[...] desde que la globalización tecnológica interconecta simultáneamente casi todo el planeta y crea nuevas diferencias y desigualdades” (Canclini, 2004, p. 14).

Ao tomar as redes de informação e, conseqüentemente, o Espaço dos Fluxos como globais, a compreensão é de que se trata de um fenômeno global, que atinge a todos de forma homogênea. No entanto, Canclini alerta para as diferenças nas apropriações culturais em todo o mundo, o que gera diferenças, desigualdades e novos elementos e desconexões, o que torna perigosa qualquer aplicação do conceito de “sociedade do conhecimento” a todas as nações e etnias do planeta. O risco é homogeneizar aquilo que é heterogêneo e, assim, excluir grupos sociais que não se enquadram nas modalidades hegemônicas de conhecimento (Canclini, 2004, p. 181).

A Amazônia contemporânea encontra-se diante da crescente conexão e de inserção no Espaço dos Fluxos, ao mesmo tempo em que enfrenta um duplo desafio, um relacionado à população urbana e outra à população rural, que, na verdade, estão profundamente interligados. Ao mesmo tempo em que a Amazônia urbana é inserida e influenciada pela rede global de informações, busca a sua particularidade na outra Amazônia, a rural, esta distante do Espaço de Fluxos. O que pode ser tomado como espaços antagônicos, entendemos ser uma totalidade que não pode ter uma de suas partes destacada em detrimento da outra.

Se por um lado é necessário aderir ao discurso de preservação ambiental e manutenção de modos de vida milenares e tradicionais, por outro não se pode ignorar que estes modos de vida já não dizem respeito à maior parte da população da Amazônia, esta cada vez mais profundamente influenciada pelos meios de comunicação, em especial a internet, esta em franca expansão na região.

Provocações rumo à compreensão

A percepção que temos da Amazônia é de uma área física e humana particular e como tal deve ser abordada. Não creditamos ser possível pensar a região sem considerar as práticas culturais em conjunção com as características naturais. Assim, natureza e sociedade devem ser tomadas como uma totalidade a fim de se alcançar alguma compreensão sobre os fenômenos que ali se dão. Esta noção passa pela percepção de Maturana e Varela (1995) sobre autopoiese – em que os seres vivos se autorregulam e têm suas percepções de mundo mediadas pelos sentidos que acionam –, e de Capra, pois é necessário ter a clareza de que todas as formas de vida estão interligadas e são elementos destacados na ação dos seres vivos, em cuja cadeia o homem está inserido como apenas mais um dos elementos.

Tais noções devem ser transpostas para a convivência entre os seres humanos, tal como propõe Luhmann (1986) ao tratar de uma *autopoiese social*. A tomada do princípio da auto-organização dos seres vivos para a organização em sociedade leva em conta uma ligação necessária entre os seres vivos e suas relações sociais. Tudo está interligado e influencia nas relações cognitivas: os seres vivos, o ambiente e

a sociedade seriam fatores de uma mesma equação, que constantemente está se reorganizando. É assim que pensamos as relações sociais na Amazônia e tomamos as tecnologias da informação e comunicação como uma extensão das relações naturais – e aqui é possível pensar também em Marshall McLuhan (2002) –, que diferente do isolamento a partir do qual a região é frequentemente descrita e abordada, tem a maior parte da população vivendo cotidianamente sob um modo de vida urbano e cada vez mais inserida no espaço global de circulação de informações.

Não acreditamos ser possível pensar a região Norte brasileira – está se confundindo com a Amazônia – a partir das populações tradicionais. Estas devem ser tomadas desde suas particularidades, enquanto o todo da Amazônia deve considerar sua heterogeneidade natural e física e o papel que as tecnologias de informação e comunicação exercem nestas populações, ajudando a compor cenários diversos e inversos daquilo que se imagina ser esta porção do planeta.

Referências

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. **Jornalismo amoroso**. Quem quer (a)provar? Reflexões sobre a aplicação de práticas pedagógicas amorosas, na formação e no cotidiano do jornalista. Texto inédito disponibilizado pela autora, 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados**: mapas de la interculturalidad. Barcelona: Editora Gedisa, 2004.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas, ciências para**

uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002 (versão digital).

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – v.1 – **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010** – Resultados preliminares. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional 2011**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2012.

LUHMANN, Niklas. The Autopoiesis of Social Systems. In: GEYER, F; VAN DER ZOUWEN, J.(orgs.). **Sociocybernetic Paradoxes**. London: Sage, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiência metapólicas em Teoria da Comunicação. In: **Anais do XX Encontro da Compós**. UFRGS: Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 01 mar. 2012.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. As bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2002.

MORIN, Edgar. **O método 5**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010/Survey on the use of information and communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010/ [coordenação executiva e editorial/executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

STEINBRENNER, Rosane Albino. Centralidade ambiental X invisibilidade urbana. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT4-1090-923-20070108005525.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

Notas

1. Uma versão deste artigo foi apresentada no *XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de La Comunicación (Alaic) 2012*, realizado em Montevideu, Uruguai, no GT 10 - *Comunicación, Tecnología y Desarrollo*.

2. Professor de jornalismo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM). E-mail: sandrocolferai@hotmail.com